• Nacional

GAZETA MERCANTIL

CONTAS PÚBLICAS

Orçamento 08 JUN 1990

Orçamento prevê crescimento nulo do PIB

por Maria Salomon de Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem, em menos de 24 horas, a primeira parte da revisão orçamentária do governo Fernando Collor. Foram garantidos Cr\$ 866,6 bilhões para o pagamento de pessoal para as despesas com a demissão de funcionários públicos. "Estava em risco o pagamento de pessoal este mês", disse o presidente da comissão mista de orçamento do Congresso, deputado Cid Sabóia (PMDB-BA), para justificar a pressa na aprovação do projeto. A votação foi precedida por uma conversa de parlamentares da comissão de Orçamento com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Os parlamentares lembraram à ministra interesses regionais contemplados no orçamento de 1990 e que não devem, segundo ele, ser esquecidos. "A ministra não pode ficar na ortodoxia e desconhecer os interesses dos parlamentares", disse Cid Sabóia.

Segundo o relato do deputado, a ministra constatou que a receita tributária havia sido superestimada e que os investimentos públicos até o final do ano serão pequenos. Os parlamentares esperam, porém, a inclusão na segunda parte da revisão orçamentária de uma dotação especial de US\$ 350 milhões para a recuperação de estradas.

Até o final do mês, o governo envia ao Congresso um novo projeto de lei alocando Cr\$ 613 bilhões restantes do excesso de arrecadação tributária. O governo não computou a receita com os Certificados de Privatização nem com a venda de imóveis: esses recursos, segundo exposição de motivos da ministra Zélia Cardoso de Mello, serão destinados à amortização da dívida pública e programas "de caráter nitidamente social".

É de Cr\$ 150 milhões a economia que o governo espera obter ainda neste ano com os cortes de pessoal promovidos pela reforma administrativa, diz ainda a exposição de motivos da ministra que acompanha o projeto de lei aprovado. A ministra confirma também a expectativa de crescimento nulo do PIB em 1990.

A ministra indicou aos parlamentares uma redução nos gastos da rolagem da dívida pública. Serão de Cr\$ 1,04 trilhão a menos em relação aos gastos previstos pelo ex-presidente José Sarney. A nova estimativa de receita tributária foi fixada em Cr\$ 4,85 trilhões. A maior fonte para esse aumento são as contribuições à Previdência Social de patrões e empregados, seguida do Imposto de Renda, que deve arrecadar neste ano Cr\$ 871,14 bilhões.

No quadro apresentado pelo governo caiu a estimativa inicial de arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras instituído pelo plano econômico, em 0,2% do PIB. A queda ocorreu em função das mudanças que o Congresso Nacional promoveu nas medidas provisórias, reduzindo a base de cálculo do imposto. Ainda assim, a receita do imposto sobe de Cr\$ 10,2 bilhões para Cr\$ 262,9 bilhões em relação ao orçamento

recebido pelo novo governo.

EIS A ÍNTEGRA DA MENSAGEM N-89 DE 1990 - CN:

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Nos termos do artigo 61 e 166 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do artigo 6º da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 866.675.910.000,00 (oitocentos e sessenta e seis bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões e novecentos e dez mil cruzeiros) e dá outras providências.

O presente projeto de lei atende parcialmente o que estabelece o parágrafo 6º do artigo 6º da Lei nº 7.999/90, devendo ser complementado, ainda neste mês de junho, por um segundo projeto de lei que tratará das demais dotações orçamentárias.

Brasília, em 5 de junho de 1990

F. Collor

Em 05 de Junho de 1990

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

1 - Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 866.675.910.000,00 e dá outras providências.

2 - O crédito em pauta atenderá às despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" até o final do corrente exercício, sendo que os recursos necessários para a sua abertura decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, conforme prevê o Artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

3 - O projeto de lei inicialmente enviado pelo Poder Executivo, referente ao Orçamento deste exercício, foi elaborado a preços de maio de 1989, e para dar cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 (LDO), as receitas e despesas foram posteriormente atualizadas pelo índice de 9,286, correspondente à variação de preços observada no período maio a dezembro de 1989.

4 - No decorrer do exercício de 1990, e com amparo no disposto no inciso II do parágrafo único do art. 2da LDO, as dotações seriam atualizadas segundo a metodologia aprovada no artigo 6, e seus parágrafos, da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990. Essa metodologia implicava em que as dotações fossem convertidas em número de Unidades de Referência Orçamentária-URO.

5 - A partir de 1º de janeiro de 1990, observou-se uma escalada inflacionária sem precedentes até que, em 15 de março, o Plano de Estabilização Econômica do governo de Vossa Excelência logrou estancar as altas de preços. Mesmo assim, a inflação ocorrida até aquela data foi suficiente para provocar desequilíbrio entre as dotações e as necessidades de despesas. No caso de Pessoal e Encargos Sociais, esse desequilíbrio foi ainda maior devido aos aumentos reais concedidos entre maio e dezembro de 1989 não considerados no orçamento original para 1990.

6 - As reformas administrativas e patrimoniais e o esforço de redução de gastos do governo federal, componentes do mencionado Plano, completam as medidas nas quais se assenta a reestimativa da Receita e da Despesa para 1990.

7 - Os parâmetros orçamentários básicos, adequados ao novo cenário macroeconômico, foram fixados tendo em vista os índices de inflação observa-

dos de janeiro a março, estabilidade de preços a partir de abril e taxa nula de crescimento do PIB em 1990.

8 - A Receita do Tesouro para 1990 foi reestimada em Cr\$ 4.856.653,6 milhões (exceto operações de crédito), indicando a ocorrência de um excesso de arrecadação de Cr\$ 3.766.304,2 milhões em relação à projeção constante da Lei nº 7.999/90, de Cr\$ 1.090.349,4 milhões. Desse excesso, Cr\$ 954.204,4 milhões constituem recursos ordinários do Tesouro Nacional, Cr\$ 2.333.558,6 milhões representam recursos com destinação específica e preestabelecida em legislação, e Cr\$ 478.541,2 milhões significam o montante de novos recursos a serem transferidos para os Estados e Municípios, conforme Quadro I anexo.

9 - No excesso de arrecadação não estão incluídas as receitas provenientes dos Certificados de Privatizações e a Receita de Capital decorrente da alienação de bens móveis e imóveis, ainda em fase de quantificação, que serão dirigidos, prioritariamente, para a amortização da dívida mobiliária e a programas de caráter nitidamente social.

10. Além dos efeitos decorrentes do novo cenário macroeconômico descrito anteriormente, diversas fontes de receita apresentam comportamento específico em função das variações de seus elementos constitutivos. São as seguintes as alterações mais significativas estimadas para a aferição do excesso de arrecadação:

- a. Imposto sobre as importações
- Reestruturação das alíquotas (DL Nº 2434/89);
- b. Imposto de Renda Pessoa Física
- Consolidação da sistemática de bases correntes, com apuração mensal do imposto a pagar.

Pessoa Jurídica

- Suspensão e eliminação de incentivos fiscais;
- Disponibilidade de cruzados para antecipação do Imposto aliado à correção não integral do BTNF, em relação à inflação do mês de março/90;
- Retido na Fonte

- Impacto, nos primeiros meses do ano, de aceleração do processo inflacionário;
- Mudança da política salarial pós-ajuste;
- Correção da tabela de cálculo do imposto até abril de 1990;
- Flutuação do nível de emprego e da massa salarial ao longo do ano;
- Manutenção dos níveis pendentes de remessas ao exterior;

- Redução do nível de remuneração das aplicações financeiras;
- Redução de volume global de ativos do mercado financeiro;
- Tributação adicional sobre aplicações ao portador com origem não justificada.

c. Imposto sobre Produtos Industrializados

- Reestruturação de alíquotas da tabela do Imposto com impacto positivo principalmente sobre a arrecadação relativa a bebidas e veículos e com efeito redutor na arrecadação de produtos do fumo;

- Redução do componente inflacionário da variação do BTN nos pagamentos dos impostos;
- Reajuste de preços dos produtos do fumo superior aos índices de inflação no final de 1989 e início de 1990.

d. Contribuições para o FINSOCIAL E PIS/PASEP

- Elevação de alíquota do FINSOCIAL para 1,2% ocorrida a partir de 1º de fevereiro de 1990, com impacto na arrecadação de fevereiro a dezembro;

e. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

- Elevação das alíquotas incidentes sobre o lucro líquido das entidades financeiras de 12% para 14% e para as demais empresas, de 8% para 10%.

f. Imposto sobre Operações Financeiras

- Incidência sobre o estoque de ativos financeiros existentes por ocasião de adoção de medidas de estabilização econômica em 15 de março de 1990 (poupança, ouro, ações e demais aplicações financeiras).
- g. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
- Redução acentuada da remuneração pós-ajuste, em função dos níveis de inflação projetados, tendo sido verificado expressivo montante arrecadado nos três primeiros meses do ano.

h. Resultado do Banco Central do Brasil

i. Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social

11. Do total de excesso de arrecadação apurado Cr\$ 2.286.910,2 milhões foram utilizados para a primeira e segunda atualizações da Unidade de Referência Orçamentária - URO, em cumprimento ao disposto, no artigo 6º e seus parágrafos, da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990. Assim, Cr\$ 1.479.394,0 milhões é que podem ser efetivamente programados.

12. Dessa forma, a parcela de Cr\$ 866.675,9 milhões atenderá à suplementação das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", ficando o valor restante para ser programado nas demais dotações num segundo Projeto de Lei, a ser encaminhado a Vossa Excelência ainda neste mês de junho, complementando a revisão orçamentária nos termos referidos no parágrafo 6º do artigo 6º da Lei 7.999/90.

13. A reestimativa de Pessoal e Encargos Sociais foi elaborada a partir de informações coletadas junto aos órgãos setoriais para os meses de janeiro a março (executado) e de abril a junho (previsto). Em seguida a uma análise de consistência foi estabelecida uma base de projeção adotada para o período abril a dezembro. Nessa projeção foram consideradas expressivas reduções nessas despesas, de acordo com as metas da reforma administrativa, excluídos desses cortes os poderes Legislativo e Judiciário.

14. Considerando que estão computados três meses de despesas executadas com pessoal nos níveis anteriores ao Plano, bem como os valores correspondentes às obrigações trabalhistas de funcionários demitidos, a redução desses gastos para o exercício é significativa, equivalendo a cerca de Cr\$ 150 milhões.

15. Estabelece, ainda, este Projeto de Lei, que por ocasião da abertura dos créditos autorizados, o Poder Executivo poderá alterar em até 10% (dez por cento) os valores específicos por órgão constante do Anexo I do Projeto de Lei, respeitando-se contudo o limite global fixado. Este procedimento é necessário, a fim de evitar-se abertura de continuidade na solução dos créditos, face aos ajustes decorrentes da reforma administrativa por que passa o Poder Executivo.

16. Propõe-se ainda a revoga-

ção do Artigo 6º e de seus parágrafos que estabelecem a correção das dotações orçamentárias mediante a utilização da Unidade de Referência Orçamentária-URO, mecanismo que justificava-se apenas quando a economia atravessava uma fase de inflação acelerada e portanto com alto índice de atualização monetária. Pelas mesmas razões, propõe-se também a revogação do artigo 15 e de seu parágrafo único. A determinação para proceder à revisão orçamentária, contudo, é mantida através do artigo 3º do presente projeto.

Renovo a Vossa Excelência os votos do meu mais profundo respeito.

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO

Ministra

PROJETO DE LEI Nº 6 DE 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 866.675.910.000,00 e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL

Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990) créditos adicionais até o limite de Cr\$ 866.675.910.000,00 (oitocentos e sessenta e seis bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dez mil cruzeiros), para atender a despesa com pessoal e encargos sociais, conforme indicado no Anexo I a esta Lei, sendo:

I - Créditos suplementares: Cr\$ 866.302.339.000,00

II - Créditos especiais: Cr\$ 373.571.000,00

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional a teor do artigo 43, § 1º, inciso II, e § 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 2º. Respeitado o limite global fixado, fica o Poder Executivo autorizado, na abertura dos créditos adicionais de que trata o artigo anterior, a alterar em até 10% (dez por cento) as cotações consignadas no Anexo I desta Lei.

Art. 3º. Até 31 de julho de 1990, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de revisão orçamentária, com o objetivo, dentre outros, de corrigir possíveis desvios entre o aumento da arrecadação de receitas vinculadas e o aumento geral da arrecadação.

Parágrafo único. A revisão de que trata este artigo será apresentada conjuntamente com a que está prevista no art. 16 da Lei nº 7.999, de 1990.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se os artigos 6º e 15, bem assim o parágrafo único do artigo 16, da Lei nº 7.999, de 1990, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em de de 1990.

ANEXO I		
ANEXO À LEI Nº DE DE DE 1990. Cr\$ 1.000,00		
Crédito Suplementar		Suplementação
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		Recursos do Tesouro
Código	Órgão	Valor
01000	- Câmara dos Deputados	17.136.672
02000	- Senado Federal	15.547.648
03000	- Tribunal de Contas da União	5.932.940
10000	- Supremo Tribunal Federal	1.170.416
11000	- Superior Tribunal de Justiça	2.327.408
12000	- Justiça Federal	10.267.211
13000	- Justiça Militar	1.862.798
14000	- Justiça Eleitoral	9.678.978
15000	- Justiça do Trabalho	38.972.393
16000	- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.739.127
21000	- Ministério da Aeronáutica	33.625.563
26000	- Ministério da Educação	98.311.335
27000	- Ministério da Exército	62.321.663
30000	- Ministério da Justiça	12.047.182
31000	- Ministério da Marinha	46.757.931
34000	- Ministério Público da União	4.723.855
35000	- Ministério das Relações Exteriores	1.848.256
36000	- Ministério da Saúde	28.598.677
40000	- Presidência da República	25.163.542
42000	- Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	24.611.107
43000	- Ministério da Ação Social	3.326.793
45000	- Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	39.380.666
49000	- Ministério da Infra-Estrutura	38.685.701
57000	- Ministério do Trabalho e da Previdência Social	46.513.544
72000	- Encargos Previdenciários da União	231.873.448
73000	- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	51.074.725
80000	- Entidades em Extinção, Dissolução ou Privatização Lei nº 8.029/90	10.802.760
Soma:		866.302.339
Crédito Especial		Suplementação
Despesas com pessoal e Encargos Sociais		Recursos do Tesouro
Código	Órgão	Valor
40103	- Secretaria de Administração Federal	312.280
40109	- Secretaria de Desenvolvimento Regional	32.086
40111	- Secretaria do Meio Ambiente	29.205
Soma:		373.571
Total:		866.675.910

RECEITA DO TESOURO 1990

Quadro I

ESPECIFICAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	ORÇAMENTO	REESTIMATIVA	EXCESSO
Imposto sobre a importação	24.072,1	106.762,2	82.690,1
Imposto sobre a renda	166.416,3	871.141,5	704.725,2
Imposto sobre produtos industrializados	102.396,7	461.618,6	359.221,9
Imp. s/oper. crédito, câmbio, seguro e val. mobiliários	10.251,7	262.925,7	252.674,0
Imp. sobre prop. terril. rural	464,2	1.143,7	679,5
Contribuições de empreg. e trab. p/seguridade social	300.661,2	1.110.900,0	810.238,8
Contribuição para o Finsocial	66.209,3	279.340,1	213.130,8
Contribuições para os programas PIS/PASEP	42.529,9	280.877,3	238.347,4
Contribuição salário-educacão	7.942,4	19.358,0	11.415,6
Contribuição para o PIN e proterro	5.159,9	19.858,2	14.726,3
Resultado do Banco Central	141.611,6	738.199,0	596.587,4
Remuneração disponibilidades do Tesouro Nacional	44.572,8	226.311,0	180.738,2
Outras receitas	178.061,3	479.191,3	301.130,0
Subtotal	1.090.349,4	4.856.653,6	3.766.304,2
Operações de crédito - Títulos do Tesouro Nacional	1.936.685,8	890.304,0	1.046.381,8
Operações de crédito - outras	14.952,3	35.955,8	21.003,5
Total	3.041.987,5	5.782.913,4	2.740.925,9
Receita disponível	215.934,6	1.170.139,0	954.204,4
Receita vinculada	749.002,6	3.082.561,2	2.333.558,6
Operações de crédito	1.951.638,1	926.259,8	(1.025.378,3)
Transferências a estados e municípios	125.412,2	603.953,4	478.541,2
Total	3.041.987,5	5.782.913,4	2.740.925,9